



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

GRAMSCI, NOÇÃO DE HEGEMONIA E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS PARA O DEBATE

Vinícius Rafael Lopes¹

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar algumas reflexões acerca da categoria hegemonia, à luz da perspectiva desenvolvida pelo pensador italiano Antônio Gramsci, e os nexos de articulação entre esta e o projeto ético-político do Serviço Social (PEPSS). O referido autor trouxe importantes contribuições ao Serviço Social brasileiro, sobretudo no que concerne ao entendimento desta categoria. Objetivamos, portanto, estabelecer uma relação entre o significado da categoria hegemonia e como esta foi apropriada pelo Serviço Social, na construção de seu projeto profissional hegemônico, vez que acompanhou uma gama de transformações ocorridas no interior da profissão e da sociedade. Fundamentado no método crítico-dialético e através de uma pesquisa bibliográfica, o artigo aponta que, apesar da hegemonia do projeto profissional, é possível identificar na categoria tendências contra-hegemônicas.

Palavras-chaves: Hegemonia. Projeto ético-político. Serviço Social.

Abstract: The present article aims to present some reflections about the category hegemony, in light of the perspective developed by the Italian thinker Antônio Gramsci, and the nexus of articulation between this and the ethical-political project of the Social Service. The author has brought important contributions to the Brazilian Social Service, above all, regarding the understanding of this category. We aim, therefore, to establish a relation between the meaning of the category hegemony and how it was appropriated by the Social Service, in the construction of its hegemonic professional project, since it followed a range of transformations within the profession and society. Based on the critical-dialectic method and through a bibliographical research, the article points out that, despite the hegemony of the professional project, it is possible to identify in the category anti-hegemonic tendencies.

Keywords: Hegemony. Ethical-political project. Social Service.

I. INTRODUÇÃO

Recorrentemente é utilizado nas produções acadêmicas, ou até mesmo nas falas mais cotidianas o emprego da categoria hegemonia. Partimos do pressuposto que isto revela o potencial teórico analítico e prático político da categoria hegemonia. Sua afirmação no âmbito do materialismo histórico-dialético e na tradição marxista é um legado do arcabouço teórico-metodológico. Essa categoria, portanto, foi amplamente desenvolvida pelo italiano Antonio Gramsci, o qual deixou um grande legado ao Serviço Social.

O referido autor acompanhou importantes transformações ocorridas no contexto da Itália, o que o levou a estudar a sua realidade. Aproximou-se das ideias de Lenin e Marx, resguardadas as particularidades de cada época em que estas duas figuras vivenciaram. Em um movimento de superação dialética de suas ideias, Gramsci, sem a pretensão de

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: vinciuslopes@hotmail.com.

qualquer rompimento com as contribuições de Marx, na tentativa de compreender a gênese, consolidação e crise da sociedade burguesa, incorporou à perspectiva marxista novos elementos favorecedores da explicação da realidade por este vivido.

Vale ressaltar as análises fecundas de Gramsci sobre o Estado, sociedade civil, hegemonia e ideologia, entre outras categorias imprescindíveis ao entendimento da sociedade capitalista. A análise da categoria hegemonia está articulada ao conjunto de elementos que constituem a totalidade social como o Estado, sociedade, ideologia, filosofia da práxis, etc. Abordaremos, nas reflexões que se seguem, o significado da categoria hegemonia.

Para Alves (2010), a noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Diante dessa afirmação, o significado da palavra “hegemonia” busca romper com a hierarquização da estrutura sobre a superestrutura, mostrando, portanto, a prevalência e/ou direção de determinadas ideias e pensamentos em disputa na sociedade.

Sobre isso, “a concepção gramsciana de hegemonia é tomada como critério histórico-político, o que lhe permite analisar a movimentação das classes sociais e as disputas em torno do poder” (SIMIONATTO; NEGRI, 2017). Destarte, a categoria hegemonia foi apropriada pelo Serviço Social, sobretudo, na construção do que se convencionou chamar de projeto ético-político profissional. Tal projeto, apesar de sua hegemonia, não se configura como algo homogêneo, mas é alvo de disputa com o projeto societário vigente.

II. A CATEGORIA HEGEMONIA EM ANÁLISE: breves apontamentos

Como já aludido nas considerações iniciais deste trabalho, a categoria hegemonia foi amplamente difundida pelos estudos de Gramsci, sendo apropriada pelo Serviço Social e, por conseguinte, na construção de seu projeto profissional, cujo direcionamento é hegemônico. Para encontrar os nexos entre a categoria hegemonia no Serviço Social e o PEPSS, faz-se necessário retomar a construção teórica realizada por Antonio Gramsci no sentido de compreender os processos hegemônicos como parte da totalidade social. Atento aos processos de luta econômica e política na Itália, Gramsci compreende os processos de conquista de direção intelectual e moral na sociedade.

Nesse sentido, faz-se necessário remetermo-nos ao significado e origem que a categoria hegemonia possui. Para tanto, buscaremos no decorrer destas análises estabelecer uma interlocução com vários estudiosos que se dedicaram ao estudo da obra gramsciana e como concebem a categoria hegemonia, à luz das contribuições de Gramsci.

Para Neves (2017), a hegemonia é orgânica e aparece como uma resposta para a sociedade, a economia e a política. Supõe a existência de concepções de mundo e a conquista de direção, de forma que uma seja dirigente e dirigida. Dessa forma, para a referida autora, o conceito de hegemonia imbrica-se com todas as esferas da sociedade, como a cultura, economia e política, o que, para Gramsci, pressupõe a atuação da sociedade civil, entendida a partir dos diferentes segmentos existentes na sociedade.

No que diz respeito à relação entre hegemonia e sociedade civil, Negri e Simionatto (2017, p. 18) asseveram:

A concepção gramsciana de hegemonia é tomada como critério histórico-político, o que lhe permite analisar a movimentação das classes sociais e as disputas em torno do poder. Nesse processo, os componentes de coerção e consenso coexistem no tempo e no espaço e correspondem à supremacia de uma determinada classe social sobre o conjunto da sociedade, alicerçando a análise heurística de sociedade civil e sociedade política, conforme as indicações do pensador italiano.

Baseadas nas incursões acima, as autoras, ao se debruçarem sobre o conceito de hegemonia e sociedade civil, postulam o protagonismo da hegemonia como elemento heurístico de entendimento da sociedade civil², compreendida aqui como *locus* privilegiado de difusão de ideologias. Ou seja, a hegemonia consiste em direção intelectual e moral e ocorre não só no terreno econômico, mas também no terreno da ideologia, da sociedade civil, tanto na estrutura como na superestrutura social. Nesse sentido, a hegemonia é produzida a partir da posição de classe com fortes repercussões no âmbito da ideologia.

Consoante a tal ideia, Negri e Simionatto (apud DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 14) afirmam que a hegemonia é fundada no “consenso dos grupos sociais aliados”, necessários à “conquista progressiva de uma unidade político-ideológica, de uma direção de classe, alargamento e articulação de seus interesses e necessidades”. Destarte, evidencia-se no conceito de hegemonia a existência de ideias e classes sociais antagônicas, cujas ideias são predominantes de algumas em detrimento de outras, mas que coexistem socialmente.

² Para Gramsci, a sociedade civil é conformada pelo conjunto de organismos, usualmente considerados “privados”, que possibilitam a direção intelectual e moral da sociedade, mediante a formação do consenso e adoção das massas. A trama da sociedade civil é formada por múltiplas organizações sociais de caráter cultural, educativo e religioso, mas também político e, inclusive, econômico (ACANDA, 2006, p. 175).

O desenvolvimento do tema hegemonia foi tratado nos Cadernos do Cárcere, cujas inquietações de Gramsci seguiam a esteira dos acontecimentos do contexto italiano, em plena efervescência política, sobretudo nos processos de fundação do Estado moderno. Segundo as análises de Acanda (2006, p. 177), nos Cadernos, encontra-se a ideia de que, em muitas ocasiões, a resposta para a direção política que o Estado exerce na sociedade não deve ser procurada nas instituições governamentais e oficiais, mas nas diversas organizações “privadas” que controlam e dirigem a sociedade civil.

Baseada nessas premissas, a construção de uma nova hegemonia emancipadora implica, em Gramsci, a realização de uma reforma intelectual e moral que seja capaz de criar uma nova visão de mundo e uma nova ideologia do povo (ACANDA, 2006, p. 207). Seguindo esse prisma analítico, podemos inferir que hegemonia, na acepção gramsciana, supera apenas o interesse antagônico entre as classes. É mais que isso, promover a emancipação ideológica das massas populares e criar uma visão de mundo própria dos aparelhos privados de hegemonia³.

Nesse sentido, um elemento imprescindível nos estudos de Gramsci sobre hegemonia reporta-se à atuação dos intelectuais, de forma que “o intelectual é um recurso humano fundamental para a hegemonia, e sua formação demanda elementos não só de ordem teórica, mas também prática” (SILVA, 2008, p. 104). É, portanto, em várias organizações sociais, como a escola, igreja e partidos políticos⁴, o solo privilegiado para a atuação do intelectual, cujas visões de mundo, valores e ideologias são disseminadas hegemonicamente.

Com bases nessas considerações, é procedente a análise de que a categoria hegemonia está intrinsecamente ligada à atuação de que cada instância em sociedade representa. Tal hegemonia, para além de uma categoria explicativa das disputas de interesses antagônicos, é formada a partir de ideias e pressupostos peculiares a cada grupo e/ou instituição social, como é o caso da igreja, a qual é responsável pelo espraiamento de preceitos religiosos, os quais se transformam em princípios hegemônicos.

Além da igreja, outra instituição formadora, por excelência, de novos intelectuais é a escola, vez que:

Gramsci acentua a função do intelectual no movimento histórico real de organização e luta de classes, ao considerar que a classe detentora do capital, em seu processo

³ Para Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia são formados pelas instituições, família, igreja, partidos políticos e imprensa. Tais aparelhos são responsáveis pela formação e disseminação de ideologias, as quais passam a disputar a hegemonia perante os membros da sociedade civil.

⁴ Como assinala Alves (2010), o partido político é visto por Gramsci como o moderno príncipe de Maquiavel, responsável pela formação de uma vontade coletiva. No entanto, diferentemente do que propôs Maquiavel, o príncipe do mundo moderno não pode ser um indivíduo concreto, mas um elemento complexo da sociedade que manifeste a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação.

de constituição, desenvolve as mais amplas camadas de intelectuais. Ela não apenas desdobra, na maioria das vezes, suas funções essenciais em novas especializações profissionais, como cria – para qualificar técnicos para o desempenho dessas funções – o mais complexo sistema educativo de formação dos intelectuais, onde a escola é o principal e o mais importante instrumento (ABREU, 2018, p. 395).

Mediante a esse pensamento, é possível considerarmos a função da escola como sendo central, na perspectiva de Gramsci, para a formação de intelectuais cujos interesses estejam em confluência com as ideias dominantes. A escola, por conseguinte, exerce a função pedagógica de forjar em seus alunos a dimensão intelectual, e, a partir daí, corrobora com o processo de difusão de hegemonias, as quais representam um determinado tipo de projeto hegemônico de corte classista.

Embora não seja o objetivo central deste artigo abordar a atuação dos intelectuais, não se pode dissociá-la da perspectiva hegemônica, tendo em vista que a atuação desses pensadores, na leitura de Gramsci, apresenta-se como determinante para a criação e/ou disseminação de pensamentos hegemônicos.

Nas considerações a seguir, procuraremos estabelecer uma intersecção entre o significado da categoria hegemonia e a construção do projeto ético-político do Serviço Social, de natureza hegemônica.

III. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: de que hegemonia estamos falando?

Com base nas reflexões supracitadas, entendemos que a categoria hegemonia expressa ideias e/ou pensamentos que adquirem prevalência na sociedade, bem como que tais ideias disputam o direcionamento hegemônico. É fato que a hegemonia também é formada a partir da participação de determinados segmentos e/ou instituições, os quais exercem, por excelência, o papel de formadores de opiniões, ou seja, tem como participe desse processo o protagonismo da sociedade civil.

Não se trata, portanto, de fazer uma apreensão mecânica da categoria hegemonia ao contexto do Serviço Social, mas estabelecer mediações para entendimento da construção histórica do PEPSS como expressão de um processo de embate hegemônico no interior do Serviço Social brasileiro, o qual possui como uma síntese histórica a formação de uma determinada direção intelectual e moral.

O projeto ético-político ou projeto profissional, assim denominado por Netto (1999), diz respeito a um conjunto de elementos que balizam a atuação e formação profissional

dos/as assistentes sociais. Seu processo de construção acompanhou uma gama de transformações conjunturais.

O referido projeto foi construído historicamente e representa o compromisso com as competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social, inerentes à formação profissional, bem como a defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora. Fruto de acontecimentos históricos, o referido projeto configurou-se como uma perspectiva de ruptura com a herança conservadora que balizou a profissão.

A construção de tal projeto foi legatária do processo de Renovação⁵ do Serviço Social, momento em que os valores estratificados do conservadorismo começaram a ser superados. Sua emergência remonta a uma gama de processos internos (crítica ao tradicionalismo) e externos (movimentos sociais nacionais e latinos antiditatoriais, lutas por democracia, defesa de direitos civis, políticos e sociais, crítica ao imperialismo).

Nesse sentido, como o próprio nome sugere, o PEPSS representa um projeto profissional específico do Serviço Social, haja vista outras profissões possuírem particularidades distintivas. Segundo Netto apud Rodrigues, o projeto ético-político pode ser entendido como uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar, com invocação dos valores que legitimam a escolha dos meios para atingi-la Rodrigues (2005, p. 204). É, pois, no âmbito dos processos de conquista por hegemonia que podemos situar o PEPSS. Segundo Barroco apud Rodrigues, “os projetos sócio-históricos devem ser situados como constitutivos da práxis ético-política no contexto da luta pela hegemonia” (RODRIGUES, 2005, p. 205). Nesse sentido, o que hoje denominamos como PEPSS representa uma síntese dos processos de transformações internas à profissão resultantes das determinações na particularidade sócio-histórica brasileira nos idos de 1970 e 1980.

Segundo Netto (1999, p. 02), “os projetos societários são sempre coletivos, mas seu traço reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade”. Dessa forma, os projetos societários tipificam propostas para o conjunto da sociedade, por se tratar de uma dimensão macrosocial. Para o referido autor, tais projetos são sempre permeados por uma dimensão política, ou seja, não no sentido da política como partidária, mas na expressão das correlações de forças e interesses divergentes.

Os projetos societários, para Braz e Barata (2009), podem ser transformadores ou conservadores. Entre os conservadores, há várias posições que têm a ver com as formas

⁵ O processo de renovação profissional, amplamente analisado por Netto (2004), significou a contestação aos valores conservadores da profissão. Foi fruto do Movimento de Reconceituação latino-americano e constituído por três vertentes, quais sejam: a Perspectiva Modernizadora, orientada pelo Positivismo; a Reatualização do Conservadorismo, tendo a fenomenologia como matriz teórica e, por último, a Intenção de Ruptura, a qual buscou superar as vertentes anteriores, possibilitando a interlocução do Serviço Social com a tradição marxista.

(as estratégias) de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante para analisar o projeto ético-político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social.

No tocante aos projetos profissionais, o qual o Serviço Social particulariza-se, Netto (1999, p. 04) sublinha que:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

No âmbito dos debates acerca do projeto profissional e das polêmicas que o envolvem, cabe questionar se é necessário afirmar a existência de um projeto profissional. Concordamos com Rodrigues (2005) ao associar o PEPSS à dimensão política da profissão. Não é suficiente afirmar que a profissão possui um projeto; é preciso também identificar suas características mais marcantes, seu discurso perante os outros projetos, seus valores norteadores. Assim, afirmar a existência do PEPSS significa dar densidade à dimensão política da profissão, fundamentada na ideia de que a ineliminável dimensão ideopolítica da profissão reside precisamente na articulação de seu significado social objetivo com os projetos sociais (postos pela vontade política dos sujeitos) que nele incidem (Netto apud Rodrigues, 2005, p. 206). Reside nesse movimento a relação do PEPSS com os projetos hegemônicos em curso. A profissão afirma sua direção intelectual e moral, seus valores e sua posição social, e o faz fundamentado em uma concepção teórico-metodológica que expressa uma visão de mundo e um projeto societário determinado por uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero.

Nesse sentido, subsidiados pelas análises de Braz e Barata (2009, p.05), “ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou outro projeto societário”. Conquanto, a atuação do/a assistente social expressa de que lado ele/a se coloca, seja na defesa dos interesses da sociabilidade capitalista, seja pelos interesses da classe trabalhadora.

Segundo Guerra (2007), os projetos profissionais são constituídos por valores ético-políticos e opções teórico-metodológicas em consonância com um projeto societário, tendo por base o trabalho profissional dos sujeitos dessa ação. Com base nisso, tais elementos se constituem em mediações privilegiadas capazes de particularizar a prática profissional das que são realizadas por leigos, já que permitem qualificar e enriquecer o exercício profissional, tornando-o consciente para seus agentes.

De acordo com a ideia da autora, projetos profissionais expressam determinados valores ético-políticos imanentes a uma dada profissão, ou seja, apresentam elementos teóricos, políticos, éticos e sociais que são inerentes ao *ethos* profissional de cada categoria profissional.

Ademais, outro elemento presente no interior dos projetos profissionais é o pluralismo. Como afirma Netto (1999), o corpo profissional é uma unidade não homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários. Portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes.

Destarte, o pluralismo é um elemento inerente aos projetos profissionais. Isso porque o corpo profissional que constitui tais projetos apresenta valores, opções teóricas e políticas distintas, tornando o projeto heterogêneo. Diante disso, podemos afirmar que o projeto ético-político do Serviço Social, a despeito de sua hegemonia, não se afirma como um projeto homogêneo. Tal afirmação implica dizer que, mesmo reconhecendo a importância do pluralismo, cabe-nos enfatizar de que este não pode ser confundido com a mistura de teorias, ou seja, com o ecletismo.

É importante ressaltarmos que, a despeito da defesa do pluralismo, como a possibilidade de dialogar com outros conhecimentos e saberes, não podemos confundir-lo com a ideia do ecletismo teórico, valendo-se, assim, de diversas teorias para explicar a realidade, pois o ecletismo, diferentemente do debate plural, faz um “mix” contraditório de teorias sem nenhuma análise crítica sobre estas, realizando, de fato, uma colcha composta pelos mais diferentes retalhos.

Além do pluralismo, deparamo-nos com dois aspectos nos projetos profissionais: os aspectos imperativos e indicativos. Sobre isso, Netto (1999, p.07) define: imperativos são os componentes compulsórios, obrigatórios para todos os que exercem a profissão (estes componentes, em geral, são objeto de regulação jurídico-estatal); indicativos são aqueles em torno dos quais não há consenso mínimo que garanta seu cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros do corpo profissional.

Coerentemente com essa definição, os aspectos imperativos requisitam a obrigatoriedade de seu cumprimento, como a inscrição do/a assistente social no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), órgão fiscalizador do exercício profissional. Já os indicativos apontam para o seu cumprimento, mas não expressam obrigatoriedade. É o caso da direção social que o projeto ético-político do Serviço Social se ancora, a qual não é seguida de forma unânime/homogênea pela categoria.

No que diz respeito ao projeto profissional do Serviço Social, o referido projeto se dá como um chamamento, e *não* como uma imposição, ou seja, não se configura como uma norma a ser cumprida e/ou *dever* a se realizar. Nesse caso, Vasconcelos (2015, p. 182) adverte que, se tomado como uma imposição e/ou como uma receita, sem conexão com os

valores, conhecimentos, consciência e escolhas dos sujeitos profissionais – os assistentes sociais reais –, o projeto certamente se presta a ser travestido em múltiplos projetos e direções conflitantes, quando não reivindicado apenas como grife.

Dito de outra forma, para a autora, o PEPSS não pode ser visto como uma imposição, mas deve ser concebido como um projeto que tem uma dimensão política que, no caso, vincula-se aos interesses da classe trabalhadora. Ademais, para seguir tal projeto é fundamental que os/as assistentes sociais o conheçam em seus aspectos teóricos, políticos e jurídicos. Isso está relacionado à hegemonia como processo. A adesão ao PEPSS não é uma imposição, mas uma luta entre hegemonias que, ao final do processo, uma direção sairá vitoriosa como direção predominante. O PEPSS é a direção predominante no Serviço Social, mas ao seu lado historicamente convivem (e criticam) várias outras direções e projetos profissionais.

Seguindo esse prisma analítico, cumpre-nos ressaltar que o PEPSS, apesar de sua hegemonia, ou seja, de ter seus princípios e valores aceitos pela maioria da categoria profissional, sobretudo de ser inspirado pela perspectiva marxista, a qual aponta para outra sociabilidade e que, em larga medida, veja a emancipação humana como substrato desta nova ordem societária, não se afigura como um pensamento unânime de toda a categoria, vez que há projetos profissionais em disputa, bem como a existência do pluralismo como elemento presente na constituição de tal projeto.

Nesse sentido, o PEPSS garante a existência de opiniões e/ou pensamentos distintos, mediante o pluralismo teórico. Todavia, não significa confundir com o pluralismo metodológico, tendo em vista que essa modalidade resvala na apropriação de várias vertentes teóricas, sem as devidas mediações.

O que estamos querendo dizer com isso é que a hegemonia do PEPSS condensa um conjunto de elementos teóricos, políticos, jurídicos e até mesmo culturais, pois há profissionais imbuídos de valores, princípios e opções teóricas delimitadas, as quais, por vezes, são refratárias ao projeto profissional do Serviço Social. Com isso, não implica afirmarmos que o compromisso ético-político com profissão seja desconsiderado, mas queremos apenas sinalizar a existência de pensamentos contra-hegemônicos no Serviço Social.

Um exemplo disso é a disseminação do chamado Serviço Social libertário, movimento que vem ganhando a adesão de muitos profissionais, os quais reivindicam um Serviço Social acrítico e, segundo eles, desprovido de doutrinação marxista. Tal movimento representa uma retomada explícita aos valores mais estratificados da profissão, assemelhando-a aos seus valores que a originaram, como a noção abstrata de pessoa, sem vinculação com os fatores políticos, econômicos e culturais. A emergência desse movimento

põe a hegemonia do PEPSS em disputa, tendo em vista que muitos profissionais a ele aderem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste artigo foi apresentar alguns nexos entre a categoria hegemonia e os nexos com o PEPSS na atual fase do capitalismo. Observamos o seu potencial crítico-analítico no entendimento da correlação de forças dentro e fora do Serviço Social e as expressões desse processo na atualidade de incursões teóricas a respeito da categoria hegemonia, tendo como referência as contribuições de Gramsci. Foi possível depreender que a referida categoria expressa a prevalência e/ou direcionamento de algumas ideias em detrimento de outras, num determinado contexto societário.

Nesse conjunto de reflexões, evidenciou-se que a formação de discursos e ideias hegemônicas está relacionada ao protagonismo da sociedade civil e de alguns aparelhos privados de hegemonia, como é o caso da escola, igreja, partidos políticos e demais instituições. A tônica da obra gramsciana, sem romper com as análises de Marx, foi conferir à sociedade civil a dimensão intelectual, ou seja, a formação de massas populares que disputassem seus posicionamentos. Nesse sentido, as contribuições de Gramsci são relevantes acervos para fundamentar essa perspectiva teórico-política.

À vista disso, procuramos estabelecer alguns nexos entre a categoria hegemonia e o projeto ético-político do Serviço Social, cujo caráter é hegemônico. Assim, confirmamos a ideia de que há nexos de monta entre o PEPSS e os processos hegemônicos. Não intentamos fazer uma transposição imediata das análises gramscianas para o itinerário do Serviço Social, mas através de mediações é possível desvelar essas conexões.

Tal projeto tem, no horizonte de Marx, a perspectiva da emancipação humana por meio da superação da sociedade de classes. Contudo, também foi cabível inferir que esse projeto, apesar de sua hegemonia, não é homogêneo por toda a categoria profissional, tendo em vista que existem posicionamentos, valores e princípios que não coadunam com os que estão preconizados pelo PEPSS.

Dessa forma, a partir do legado de Gramsci, particularmente no que tange aos processos hegemônicos, podemos compreender o significado e a forma das disputas hegemônicas que vêm à tona no Serviço Social no atual cenário. Considerando as prestimosas contribuições de Gramsci à profissão, e sem a pretensão de esgotar a ressonância que tal temática suscita, esperamos contribuir para o adensamento de estudos que tratem sobre a hegemonia do PEPSS e os meandros a ela postos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. **A questão pedagógica e a perspectiva de hegemonia das classes subalternas.** In: Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão (UFMA) 2018.
- ACANDA, Jorge Luís. **Sociedade civil e hegemonia.** Tradução: Lisa Stuart- Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.
- BRAZ, Marcelo; BARATA, Joaquina. **O projeto ético-político do Serviço Social. In: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.
- GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico:** estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n.91, 2007.
- NEGRI, Fabiana; SIMIONATTO, Ivete. Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 2017.
- NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In: Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 1. Brasília: CEAD, 1999.
- NEVES, Ângela Vieira. Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21. **Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1 Jan./Apr. 2017.
- RODRIGUES, Sâmia. **A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional:** o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2005. (p. 2016).
- SILVA, Eliana Andrade da. **Os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho no capitalismo contemporâneo.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2008. (p. 104).
- VASCONCELOS, Ana Maria. **A/o Assistente Social na luta de classes:** Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.